

### **Sequência didática**

Escola: Câmpus São Paulo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Público-alvo: alunos do 3º ano do Ensino Médio

Disciplina: Língua portuguesa

Tema: Artigo de Opinião

Professora supervisora: Alessandra Ignez

Estagiários: Pedro de Oliveira Rodrigues e William Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Quantidade de aulas previstas para a realização da sequência didática: 8

Recursos necessários: dispositivo com conexão à internet.

## Aula 1

### **Apresentação do tema:** Privatização e terceirização da assistência social

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a chamada constituição cidadã, criada após o término dos anos de chumbo da ditadura militar, todo brasileiro e toda brasileira têm certos direitos cujo papel garantidor é do Estado.

Entre esses, estão até mesmo alguns dos mais “óbvios”, como o direito à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança, à moradia e à educação, etc. É sabido que, na sociedade brasileira, com seu modelo político-econômico capitalista, a desigualdade social é inerente e conduz, necessariamente, à desigualdade no acesso a cada um dos direitos constitucionais.

Por essa exata razão e para buscar meios para que todos acessem aos seus direitos, são criados programas como o “Fome Zero”, “Luz Para Todos”, “Minha Casa, Minha Vida” e instituições como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Os programas são um conjunto de medidas planejadas e tomadas para se atingir uma certa finalidade e, nos exemplos, têm o objetivo, respectivamente, de garantir acesso à alimentação, energia elétrica (condição necessária ao acesso de inúmeros direitos) e moradia. As instituições, por sua vez, são equipamentos públicos cujo papel é operar o acesso a direitos e, nos exemplos, respectivamente, à previdência e à saúde.

Como se sabe, cada uma dessas ações e cada um desses órgãos estatais funcionam por meio de pessoas, normalmente funcionários públicos concursados (e, para certos aspectos do funcionamento, como zeladoria e segurança, normalmente terceirizados, não contratados pelo Estado, mas por empresas contratadas pelo Estado), prédios e recursos técnicos e tecnológicos vários. Evidentemente, há, então, fatores humanos, subjetividades, envolvidos nas prestações de serviços que interferem em sua maior ou menor qualidade.

Entre esses fatores, um dos que mais impactam é a condição de vida e de trabalho desses funcionários, o que se liga, diretamente, ao modo de contratação, já que, sabidamente, servidores públicos concursados têm salários melhores e mais direitos, como a estabilidade; por enquanto. Não bastante, há também aquilo que se refere ao “prédio” e aos recursos tecnológicos e técnicos: ambientes mal zelados e recursos escassos ou desatualizados impactam negativamente nessas prestações.

É notório, igualmente, que existem regras e protocolos de trabalho para resolução de problemas e realização de atendimentos. Essas regras e protocolos servem para padronizar o atendimento, mas, sob dadas circunstâncias de aplicação, podem levar à desumanização na prestação de serviço, o que consequentemente, em geral, uma menor qualidade desse mesmo. A esse respeito, assista ao filme “Eu, Daniel Blake” [1] para ver como essa desumanização causada pelas regras e pelas demais más condições de trabalho é retratada sob uma ótica artística, e produza uma síntese das suas observações sobre o filme que estabeleça paralelos com suas vivências pessoais e demais conhecimentos que possa ter sobre a assistência social brasileira: <https://www.youtube.com/watch?v=129PJj-q6E>.

## Aula 2

### Discussão do tema

O filme retrata bem uma oposição fundamental da sociedade moderna: o Estado e o indivíduo. O Estado tem a função de gerir as relações entre os indivíduos, por extensão, entre as massas e, dessas, as classes sociais. Atuando tanto como conciliador quanto como agravante dos conflitos inerentes entre elas.

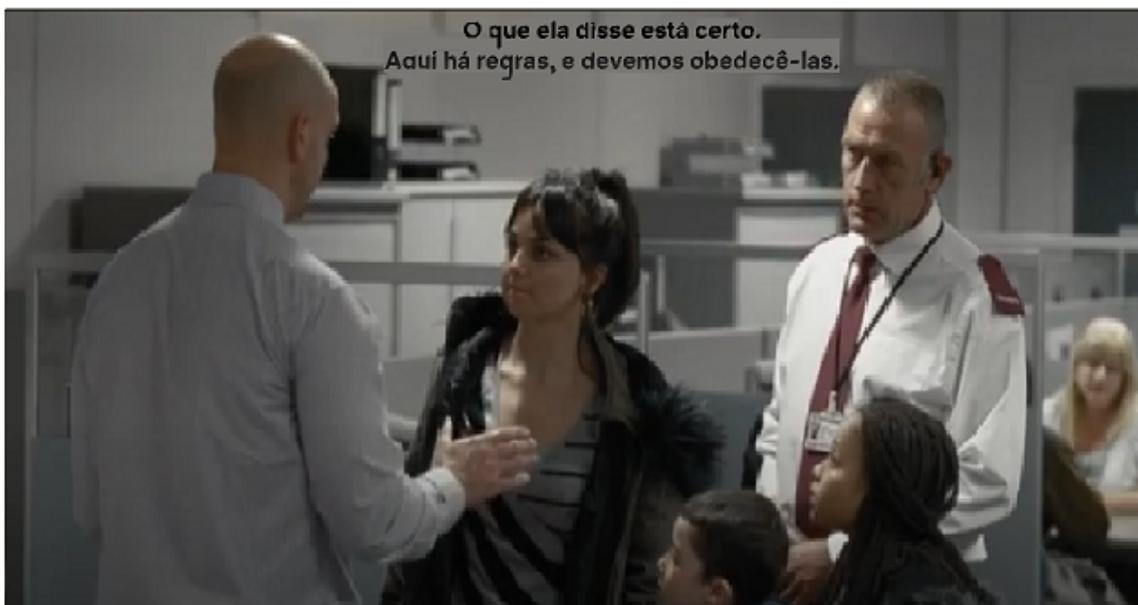
Dentro de uma perspectiva que entende a desigualdade social e de direitos inerente ao capitalismo, e que o Estado, como detentor dos poderes sociais máximos através, por exemplo, da carta magna, é controlado pela classe dominante; a assistência social, ou seja, o conjunto de práticas estatais que visam a fazer com que o indivíduo acesse aos direitos previstos em Constituição, é, antes de mais nada, uma ação conciliatória de classes.

A conciliação de classes, quando considerados programas tais como o “Bolsa Família” e seguro desemprego, baseia-se numa concessão parcial da cidadania, isto é, somente parte dos direitos é dada aos brasileiros pertencentes às classes sociais dominadas, para mantê-las apaziguadas e evitar revoltas.

Essa concessão parcial é acompanhada de uma profunda burocratização dos processos de requisição e acesso, de modo a dificultá-los e, logo, diminuir a quantidade de pessoas recebendo qualquer ajuda. Essa burocratização integra, deduz-se, as condições de trabalho que definem a humanização e, portanto, a qualidade dos serviços, tornando-os morosos.

No filme, é retratado um serviço de assistência social terceirizado, como anunciado no início. Partindo disto, do exposto, de suas anotações e desta cena específica, escreva um texto dissertativo-argumentativo (até 15 linhas) respondendo à seguinte questão: manter os serviços correspondentes à assistência social dentro do gerenciamento estatal é a melhor saída para a sua maior eficiência e cobertura?

Cena do filme “Eu, Daniel Blake”:



### Aula 3

#### Leitura e análise de texto

Pelos debates e reflexões até aqui, deu para perceber que a assistência social (seja no Brasil, seja na Inglaterra) é um assunto cotidiano, de interesse público, sobre o qual circulam e são veiculadas inúmeras informações diariamente.

Neste contexto, apesar, hoje, da existência das redes sociais como principal meio **de propagação de informações** (quer verdadeiras, quer não), o mais destacado veículo, escrito e/ou audiovisual, de divulgação de dados reais e de interesse público, comunicação de fatos e narrativas, bem como de posicionamento de especialistas sobre temas como o nosso (cotidianos, de interesse público e sobre o qual circulam e são apresentadas informações e opiniões diariamente) é o **Jornal**, que, embora esteja também inscrito e circulante nas redes sociais, constitui suporte próprio e singular frente a elas, seja em sua versão impressa, seja em sua versão digital disponibilizada em site.

Quando na sua modalidade escrita, o **Jornal** pode ser assim definido, segundo o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras [2]: “Folha volante, publicada diariamente, que dá notícia dos acontecimentos ocorridos e informações sobre assuntos que interessam ao público.”. Quando na sua modalidade audiovisual, é útil a definição que nos dá o *Dicionário online Caldas Aulete*: “Programa em que se transmitem notícias; qualquer tipo ou formato de noticiário por meio do rádio, televisão, cinema, quadro mural, internet, etc.”.

Além das informações, como dito acima, o **Jornal** é espaço para a comunicação do posicionamento de pessoas, frequentemente especialistas ou relevantes ao tema de qualquer maneira, embora admita, ainda, espaço para outros três tipos de posicionamento: i) do leitor (em geral, reservado à “carta do leitor” e semelhantes), ii) do próprio Jornal (gênero conhecido como “editorial”) e de iii) um jornalista “advogado do leitor”, chamado *ombudsman*. Nos interessa, no momento, apenas o posicionamento de especialistas, que é veiculado no que se chama **artigo de opinião** e, para efeitos comparativos-distintivos aqui e ali, o posicionamento do Jornal, no **editorial**.

O **artigo de opinião**, num primeiro momento, pode ser definido, amplamente, como um texto nitidamente autoral dissertativo-argumentativo cujo tema é um assunto cotidiano de interesse público, escrito por um especialista ou pessoa que tem contribuições relevantes a fazer sobre o assunto (como um parlamentar ou o vice-presidente da república), que apresenta uma análise sobre esse, não raramente respondendo a uma pergunta, e o canal de expressão normalmente é o Jornal, embora o gênero também apareça em sites, revistas e outros suportes. Comparativamente, o **editorial** é também um texto nitidamente autoral dissertativo-argumentativo cujo tema também é um assunto cotidiano de interesse público, mas escrito pelo próprio **Jornal** (sendo, portanto, o equivalente a uma espécie de nota de empresa, em que ela manifesta seu pensamento), também apresenta uma análise sobre o assunto e, indiscutivelmente, é divulgado dentro do **Jornal**.

Para melhor compreensão e entendimento, leia e analise, a seguir, um artigo de opinião publicado em 2020, no **Jornal** “Folha de São Paulo”, sobre o SUS [4], que é um dos sistemas brasileiros de assistência social .

### **SUS: apoteose ou apocalipse?**

Neste momento, neste país, neste caso, a peste é palco e pretexto

2.dez.2020 às 23h15 Atualizado: 3.dez.2020 à 1h35

#### **Naomar de Almeida Filho**

Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), é professor visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) e ex-reitor da UFBA e da UFSB

O Sistema Único de Saúde (SUS) completou 30 anos. A maior política social da história brasileira aparentemente viveu sua apoteose. Lideranças de todos os matizes partidários vestiram o jaleco do SUS e celebraram seu desempenho frente à pandemia de Covid-19.

Veículos de imprensa, que cotidianamente denunciavam mazelas e queixas da rede pública de saúde passaram a valorizar sua atuação, promovendo “heróis da assistência” ao comemorar com alegria cênica cada vida salva das garras do vírus-vilão. Mas não nos enganemos. Essa apoteose é hipócrita e oportunista. Com ela, aprendizes de genocida tentam esconder sofrimentos e mortes que poderiam ter sido evitados não fosse a necropolítica praticada por autoridades que ignoraram as ciências da saúde e os saberes e as práticas da prevenção.

A Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) abriu sua Ágora para celebrar as três décadas do SUS. Especialistas em políticas públicas de saúde avaliaram que a situação atual do SUS é seríssima. Cortes orçamentários, privatizações predatórias, sabotagens institucionais, agressões aos servidores públicos e gestão irresponsável ameaçam sua consolidação como patrimônio da sociedade brasileira. Socialmente desvalorizado, despriorizado politicamente, assediado ideologicamente e cronicamente subfinanciado, é, ainda assim, vítima de criminosa corrupção sistêmica. José Carvalheiro, um dos veteranos da luta pelo SUS, lembrou dos quatro cavaleiros do apocalipse: guerra, morte, fome e peste. Pensei: sofreremos agora uma pandemia, temos o retorno da miséria, continuam as mortes pela Covid-19 e, novamente, falam de guerra.

Concordamos que, neste momento, neste país, neste caso, a peste é palco e pretexto. Há vários candidatos a cavaleiro do apocalipse. Anotei, parodiando o chiste dos três mosqueteiros que eram quatro, que os quatro cavaleiros do apocalipse do SUS, na verdade, são seis: negacionismo, insensibilidade, mercantilismo, colaboracionismo, conformismo, mesmice. Consideremos a eficácia de vacinas (e não cloroquinas) antiapocalípticas.

Contra negacionismo, as ciências; contra insensibilidade, a escuta; contra mercantilismo, a solidariedade; contra colaboracionismo, a resistência; contra conformismo, a mobilização; e contra mesmice, a criatividade. Vacinas polivalentes,

como democracia e justiça social, abrem possibilidades ainda maiores. Porém, o que fazer contra ignorância bruta e colaboracionismo covarde, engajados numa delirante guerra cultural? Para isso, temos a luta política, tão árdua quanto necessária, engajando toda a sociedade real.

A esperança é que, diferentemente do apocalipse bíblico, o apocalipse do SUS encontra prevenção e remédio nas forças vivas da sociedade, em espaços organizados de crítica intelectual, militância profissional, prática política e ativismo cidadão.

Não é à toa que os ogros falastrões do obscurantismo tanto bradam contra ONGs, movimentos sociais, pesquisadores e universidades. A pandemia já nos abre espaços de militância pró-SUS, a favor da vida, pela cidadania.

Como estratégia, fortalecemos nossas entidades, organizamo-nos na Frente pela Vida e, para enfrentar o desgoverno, elaboramos o Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia da Covid-19, na luta para transformar o apocalipse do SUS na apoteose da democracia.

Disponível em: [https://](https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/12/sus-apoteose-ouapocalipse.shtml)

[www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/12/sus-apoteose-ouapocalipse.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/12/sus-apoteose-ouapocalipse.shtml). Acesso em: 21 dez. 2020.

### **Responda:**

- 1) Por que, para o autor, a atual apoteose do SUS, promovida por certos setores de todos os matizes partidários, é hipócrita e oportunista? **Lembre-se que, para citar trecho(s) do texto, é necessário o uso de aspas duplas no início e no fim do trecho reproduzido.**
- 2) Há sempre, em um texto, diversas vozes que não as do autor. Elas são apresentadas pelo escritor a fim de concordar com elas ou divergir delas. Por exemplo, neste trecho: “Consideremos a eficácia de vacinas (e não cloroquinas) antiapocalípticas.”, o autor, ao mencionar “as cloroquinas”, insere aqui as vozes discordantes dele que defendem drogas “contra-covid” sem qualquer comprovação científica, fazendo da palavra “cloroquina” um hiperônimo delas. Não à toa, a “cloroquina” faz eco direto aos discursos de Jair M. Bolsonaro, ávido defensor do “remédio” como “curador” da doença. No texto, além dessa, quais são as outras vozes com as quais o autor interage? Aponte uma ou mais, não mencionando o trecho já citado, e explique como o autor se posiciona frente a ela(s).
- 3) Você pensa que o autor deve apresentar, em um artigo de opinião, também os pontos de vista com os quais discorda, ou deve apenas defender a sua própria opinião? Justifique sua resposta.
- 4) O que o uso de "aparentemente" logo no primeiro parágrafo parece indicar sobre os posicionamentos que o autor pretende expor em seu texto? Justifique sua resposta considerando outros elementos do texto que a corroborem.

5) Leia o seguinte parágrafo e responda ao que se pergunta em seguida:

“Veículos de imprensa, que cotidianamente denunciavam mazelas e queixas da rede pública de saúde, passaram a valorizar sua atuação, promovendo ‘heróis da assistência’ ao comemorar com alegria cênica cada vida salva das garras do vírus-vilão. Mas não nos enganemos. Essa apoteose é hipócrita e oportunista.”

No trecho “Veículos de imprensa, que cotidianamente denunciavam mazelas e queixas da rede pública de saúde, passaram a valorizar sua atuação [...]. **Mas não nos enganemos.**”, a frase destacada é iniciada por uma conjunção coordenativa, o “mas”. Tipicamente, o “mas” ocorre após uma vírgula, indicando coordenação contrastiva entre as frases. Neste período, entretanto, ele é introduzido após um ponto-final. Explique: qual foi a intenção do autor ao organizar o período desta maneira? Na sua resposta, necessariamente, deve haver menção às diferentes pausas criadas pela vírgula e pelo ponto-final.

## Aula 4

### Características gerais e como escrever um artigo de opinião

No filme que você assistiu, somos introduzidos aos problemas que Daniel Blake enfrenta, problemas esses que, por não serem resolvidos a tempo, acabam abreviando sua vida. O problema do senhor Blake, no entanto, claramente não é um problema individual, muito pelo contrário: diversas pessoas no filme são atingidas pelas mesmas deficiências dos serviços prestados pelo Estado, em parceria com o setor privado, e também têm suas vidas prejudicadas — dentre outros fatores — por inúteis burocracias de um sistema que parece não objetivar exercer sua função social de maneira plena e universal. Frente a injustiças como essa, e tantas outras com as quais nos deparamos no nosso dia a dia, frequentemente desejamos argumentar, assim como Daniel Blake o fez por meio da pichação em dado momento do filme.

Como você pôde perceber a partir das discussões motivadas por “Eu, Daniel Blake”, diversos pontos de vista são possíveis e, com frequência, ao tratar sobre um tema, as pessoas discordam. Isso não necessariamente é ruim. É certo que muitas vezes algumas pessoas tentam defender pontos de vistas egoístas sem se preocupar com as outras além delas mesmas ou com pessoas que pertençam a grupos diferentes. Porém, mesmo cheias das melhores intenções, o tempo todo as pessoas estão divergindo entre si e, para que possam chegar a consensos, é importante, mas não se limitando a, que, ao defender uma ideia, a pessoa seja versada nas modalidades de fazê-lo.

O artigo de opinião, um gênero textual argumentativo, é uma dessas modalidades. Os textos escritos por meio deste gênero objetivam veicular os pontos de vista do autor acerca de questões de relevância para a sociedade, como dito antes. O objetivo do autor de artigos de opinião é convencer os leitores sobre sua(s) opinião(ões).

Uma vez que o artigo de opinião é um gênero que visa defender ideia(s), seu autor precisa, antes de tudo, definir claramente qual a sua tese sobre determinado assunto antes de iniciar o seu processo de escrita. Uma vez definida a tese, o arguidor deve selecionar, avaliar e organizar seus argumentos, verificar se são fortes o bastante e se eles se sustentam frente aos argumentos de teses concorrentes. A isso se chama **projeção de texto**. Essa etapa é fundamental, seja para que o autor reformule sua tese, seja para que defina de que maneira pretende contrapor posicionamentos contrários aos seus.

É importante que, ao escrever um artigo de opinião, tenha-se em mente que é essencial estudar profundamente tanto opiniões parecidas com as suas quanto opostas. Afinal, é só através do diálogo com visões contrárias que se pode apreender a coerência e solidez dos nossos pontos de vista e, uma vez que se contrapor seja de fato o caso, somente assim se pode garantir a seleção dos argumentos mais pertinentes e fortes.

Quanto à flexão de verbos e pronomes, o autor pode escolher apresentar suas visões através da 1º ou da 3º pessoa, dependendo de suas estratégias

persuasivas. É importante, contudo, ter em mente que a maioria dos autores do gênero opta pela segunda opção por, entre outros motivos, esconder aquilo que há de pessoal nas teses e argumentos levantados, dando-lhes maior efeito de verdade e ausência de subjetividade.

A estrutura textual do artigo de opinião, por sua vez, é bastante similar à da redação de vestibular, gênero que você já conhece bem, por serem ambos dissertativos-argumentativos. Em síntese, a estrutura desses dois textos argumentativos é composta por i) introdução, ii) desenvolvimento e iii) conclusão: na primeira parte, deve-se apresentar a situação e explicitar um posicionamento; na segunda, enumerar os argumentos; e, por fim, na terceira, concluir o texto retomando a posição assumida inicialmente. Dito isso, no entanto, deve-se ter em mente que o objetivo principal do gênero é convencer o leitor por meio de argumentos e isso não pode ser eclipsado por um pretensão objetivo de seguir fanaticamente à essa formatação. O mais importante, de fato, é que os argumentos e sua organização sustentem a análise proposta inicialmente.

Assim como em qualquer outro texto, é importante, para escrever um artigo de opinião de qualidade, pensar em um bom título, que chame a atenção do leitor e que seja um bom indicativo do que será defendido no texto.

Como já foi dito anteriormente, o artigo de opinião é muito similar ao editorial, texto sem assinatura de autoria em que é exposta a opinião do próprio Jornal. A principal diferença entre os dois é que, no artigo de opinião, a autoria é assinada e, não raro, há a presença de foto do autor, que ajuda a individualizar ainda mais o texto, demonstrando que as opiniões veiculadas ali não são, necessariamente, as do veículo onde são publicadas (nesse sentido, vale lembrar, ao fim dos artigos, há sempre uma nota precisamente avisando, ao leitor, dessa dissociação entre colunista e Jornal). A própria posição em que aparecem dentro do jornal (geralmente no fim) acaba indicando que os artigos de opinião são suplementares aos outros textos canalizados.

Tendo em vista que o objetivo do artigo de opinião é convencer o leitor, é comum aparecer, também, junto ao nome e à foto, os créditos do autor. Essa informação dentro do texto não é aleatória: sua finalidade é mostrar que a pessoa que escreveu o artigo tem legitimidade social para falar sobre o assunto. O e-mail do autor também pode aparecer, conquanto raramente. Além de ser uma informação útil para quem queira contactá-lo, demonstra uma tentativa de construir proximidade entre aquele que escreve e aquele que lê.

**Responda:**

- 1) Como você viu no texto acima, os veículos que publicam artigos de opinião lançam mão de algumas estratégias para comunicar ao leitor que as opiniões e ideologias do texto não representam as suas próprias opiniões e ideologias, mas sim única e exclusivamente as do autor. Você acha que, de fato, o veículo não tem nada a ver com o que é dito na sua seção de artigos de opinião? Justifique.

Para responder às questões a seguir, releia o texto *SUS: apoteose ou apocalipse?*

- 2) Qual a tese defendida pelo autor nesse artigo de opinião? Cite trechos do texto para justificar sua resposta.
- 3) Quais são os principais argumentos apresentados pelo autor e quais são as soluções apresentadas por ele para resolver os problemas elencados no texto? Cite trechos do texto para justificar sua resposta. Você concorda com elas?

## Aula 5

### Estilo e artigo de opinião

Dos exercícios feitos até aqui, você já escreveu 2 textos inteiros e respondeu algumas perguntas sobre um artigo de opinião apresentado. Seu primeiro texto apresentou um paralelo entre o filme “Eu, Daniel Blake” e experiências pessoais que tenha tido com algum(ns) dos serviços de assistência social no Brasil, o que deve ter exigido de você o uso de certos recursos na língua que possibilitam dar uma entonação comprobatória ao seu texto no sentido de convencer sobre a coerência do paralelo que estabeleceu. No segundo, foi preciso responder a uma pergunta, “Manter os serviços correspondentes à assistência social dentro do gerenciamento estatal é a melhor saída para a sua maior eficiência e cobertura?”, e defender seu ponto de vista. Nas respostas sobre o texto, a defesa do seu ponto de vista também foi necessária.

Este traço comum, “precisar expor e defender seu ponto de vista sobre certo fato ou fenômenos”, é o que se pode chamar **necessidade comunicativa** e foi o que condicionou tanto o início quanto o processo da sua escrita. Foi por precisar realizar certo ato comunicativo, que leva em conta também i) seu **interlocutor** (a/o professor/a), ii) um **campo de atividade humana** (a educação), iii) um **canal** (o documento escrito virtual), iv) um **momento histórico** (o “*agora*” da interlocução, e a *época* [2020] e seus elementos), v) e **textos que vieram antes** (o artigo de opinião “SUS: apoteose e o apocalipse; os textos introdutórios a cada aula; outros textos a que tenha tido acesso) vi) e **textos que virão depois ao seu** (a correção da/o prof., por exemplo), que seus textos foram produzidos.

Todos esses fatores contribuíram e interferiram, em maior ou menor grau, no modo como você seleciona palavras, organiza essas em frases, as frases em períodos, estes em parágrafos e esses em um texto e o modo como utiliza a pontuação para cumprir com essa **necessidade comunicativa** ao mesmo tempo que busca realizar com sucesso um **projeto de dizer o conjunto de sentidos e significados** que você procura desencadear no seu leitor com seu texto. Essa seleção e essa organização de recursos linguísticos e gramaticais feitas por você é o que se chama **estilo de dizer**.

Ainda assim, mesmo com nossa definição, pode-se perguntar: mas o que é estilo? Uma resposta intuitiva, mas mais ou menos vaga, é a seguinte: “**o estilo é o homem**”, frase enunciada por George Buffon. É intuitiva porque é fácil compreender que tudo feito por um ser humano contém, em sua forma e em seu modo de existir, traços de sua humanidade e de sua individualidade. Vaga, de certo modo, por não definir como se dá exatamente essa marca de individualidade e o que a distingue, por exemplo, de uma marca de coletividade (basta pensar que, na frase do pensador, “homem” pode tanto significar “indivíduo” quanto “coletivo da humanidade”).

Vamos ponderar, para nos ajudar nesta reflexão, sobre a “moda”, que, grosso modo, se define como o conjunto de roupas consideradas desejáveis, belas e contemporâneas a certa época. Alguém estar dentro da moda, em geral, significa

que se veste de acordo com esse conjunto, daí não é difícil uma afirmação como: “Você viu como Jorge está bem vestido hoje?! O estilo dele é da moda!”.

Nessa afirmação, fica bem óbvia uma correlação entre: i) conjunto de peças escolhidas e organizadas por Jorge tendo em vista o conjunto do vestuário (suponhamos, sapatos, meias, calças, camisas [ou camisetas] e um casaco) e sua harmonização; e ii) a “moda”. De maneira que, nesta frase, o que se diz, é que há conjunção e/ou acordo entre as escolhas de Jorge e o “prescrito” pela sociedade como o que deve ser escolhido, em termos de vestimenta.

É comum a afirmação que a roupa é a nossa segunda pele, falando de nós mesmos a cada peça e por meio de sua organização coletiva. Se é assim com a roupa, que dirá com as palavras, cuja finalidade principal (e não secundária, como é com as roupas, já que, ao menos em tese, a função precípua delas é nos proteger ou nos adaptar ao ambiente) é a comunicação!

Por essa via, já dá para pensarmos, talvez, em uma reelaboração da frase de Buffon: “**o estilo é todo ato seletor e organizador individual que sirva à expressão de si mesmo para si e para o outro**”. Daí podermos distinguir entre “estilo de dizer”, “estilo de vestir”, “estilo de caminhar”, “estilo de gesticular” e assim por diante, já que toda ação, em maior ou menor grau, estará investida de atos seletores e organizadores.

Mas há, aí, um porém: acima dizemos que inúmeros fatores condicionam o estilo, certo? Então, concluímos que o estilo expressa, além do ator (e vamos passar a dizer, escritor, para podermos melhor nos limitar à atividade de uso da língua em sua modalidade escrita), os fatores circunstanciadores da ação de que será parte integrante. E, se o estilo sofrerá essa interferência, é bastante justo induzir-se que a estrutura da ação (do texto) e seu assunto também expressam esses fatores circunstanciadores.

Quando esses fatores são capazes de estabilizar “estrutura”, “assunto” e “estilo” em textos, temos o que chamamos de **gênero do discurso**. Desta forma, retomando nossa definição de **artigo de opinião**: texto nitidamente autoral dissertativo-argumentativo cujo tema é um assunto cotidiano de interesse público, escrito por um especialista ou pessoa que tem contribuições relevantes a fazer sobre o assunto (como um parlamentar ou o vice-presidente da república), que apresenta uma análise sobre esse, não raramente respondendo a uma pergunta, e o canal de expressão é o **jornal**, percebe-se que **o artigo de opinião é um gênero do discurso**.

Aqui, é importante fazermos uma distinção entre dois estilos. Um é o *estilo autoral*, que se encaixa perfeitamente na nossa reelaboração da frase de Buffon. Outro é o *estilo do gênero do discurso*, que é um modo de dizer que expressa os fatores condicionantes do gênero, não o indivíduo.

Isto significa que um texto como o **artigo de opinião**, que é autoral, cujo assunto é cotidiano, cujo propósito é a defesa pública de um ponto de vista, cujo campo de atividade humana é o jornalístico-midiático, cujo interlocutor é um leitor não especializado e desconhecido, cuja situação comunicativa é formal, cujo texto

passará por um processo de editoração, apresenta características linguísticas-textuais rastreáveis a cada um desses fatores:

- *Sendo a personalidade bem marcada e assinada*, virá com sua escrevente identificada na “cabeça” do texto e admitirá forte subjetividade, com a presença de adjetivos e advérbios que sugiram o ponto de vista dela;
- *o assunto* condicionará a escolha lexical adequada ao tema;
- *por ser cotidiano*, normalmente os verbos apresentarão formas modo-temporais do presente do indicativo;
- *por ser uma defesa de um ponto de vista*, serão utilizados recursos explicitamente argumentativos, verbos imperativos (“dever”, “precisar”, “urgir”), como conjunções contrastivas “mas, embora”, correlações hipotéticas, “se... então”;
- *por ser uma defesa pública e estar dentro do campo jornalístico-midiático*, serão utilizados elementos de (des)cortesia com potenciais detratores e potenciais apoiadores, ora preservando ora abrindo a imagem do escritor a críticas;
- *por ser um leitor não especializado e desconhecido*, será utilizada uma linguagem esfriada (ausente de jargões e tecnicismos) e não carinhosa (ao mesmo tempo, entretanto, que o leitor será marcado com uma segunda pessoa dentro do texto e isto servirá para fortalecer a eventual adesão do leitor às ideias expostas);
- *por ser uma situação formal*, a linguagem será formal, obedecendo rigorosamente aos ditames da Gramática Normativa Tradicional;
- *por ser um texto que será editorado*, passa por um polimento já maior, de modo a garantir a compreensão plena do e pelo editor e evitar quaisquer alterações.

Baseando-se no apresentado até aqui, já é possível realizarmos algumas interessantes análises de trechos do texto visto na aula 3. Releia os trechos abaixo e responda às questões propostas correspondentes.

*“Veículos de imprensa, que cotidianamente denunciavam mazelas e queixas da rede pública de saúde, passaram a valorizar sua atuação, promovendo ‘heróis da assistência’ ao comemorar com alegria cênica cada vida salva das garras do vírus-vilão. Mas não nos enganemos. Essa apoteose é hipócrita e oportunista.”*

1. No trecho apresentado, o autor afirma uma oposição existente entre duas imagens que “veículos de imprensa” propõem aos servidores que atuam no sistema público de saúde. Quais as palavras que formalizam essa oposição?

- a) Essa oposição de imagens é consequência de uma polarização de ações da imprensa. Que ações são essas? Se preciso, cite porções do texto.
- b) Explique como essa polarização é explicitada no texto e indique os verbos e locuções verbais utilizadas, apontando suas diferenças.
- c) Essa polarização tem duas características fundamentais: **obedece à norma culta** e **sustenta-se numa dualidade de tempos**. Nesse sentido, na porção: “Veículos de imprensa, que cotidianamente denunciavam mazelas e queixas da rede pública de saúde, passaram a valorizar sua atuação [...]” o que pertence ao estilo do autor e o que pertence ao estilo do gênero? Proponha, também, uma paráfrase aproximada deste trecho e explique como ela é diferente, significativamente, do original, não deixando de explicá-lo.
- d) Em “[...] promovendo ‘heróis da assistência’ ao comemorar com alegria cênica cada vida salva das garras do vírus-vilão.” há uma relação coesiva e reforçativa com o início da frase em torno da ideia que o autor tem dos veículos de comunicação. Que ideia é essa?
- e) O adjetivo “hipócrita” é perfeitamente conectado ao elucubrado no período anterior. No entanto, a que a palavra “oportunista” se conecta? Ao que a precede ou ao que a sucede? Justifique sua resposta.
- f) “Hipócrita” e “oportunista” servem de síntese do pensamento do autor sobre a atitude da imprensa neste momento e também de fechamento ao período. Diante disso, ao contrário, elas poderiam aparecer no início, como recurso catafórico? Se sim, isto alteraria de algum modo a força argumentativa do parágrafo? Reconstrua o período realizando essa alteração e justifique sua resposta analisando-o no contexto do texto.

2. As expressões “heróis da assistência” e “vírus-vilão” criam uma relação conflituosa entre o Sars-CoV-2 e os agentes da saúde pública. A esse respeito, responda o que segue:

- a) Além desta relação, que outro(s) efeito(s) de sentido se pode extrair do uso dessas palavras?

- b) O uso de aspas para inserir “heróis da assistência” confere alguma expressividade extra para esse uso? Justifique sua resposta considerando outros elementos do texto que a corroborem.
- c) Considerando a resposta dada à questão anterior, justifique a ausência de aspas, no texto, para introduzir “vírus-vilão”, levando em conta, por exemplo, fatores como intertextualidade e comprometimento do autor com o próprio dizer.
- d) Há sempre um forte binarismo quando se discute o Sars-CoV-2 tanto em discursos mais técnicos quanto em mais políticos e em mais jornalísticos, falando-se com frequência em “combate ao coronavírus”. De que modo essa dualidade proposta pelo autor se insere nesse binarismo e (não) contribui com ele? Justifique sua resposta.
- e) Lembrando de sua primeira resposta na letra a): ela, a dualidade mencionada na letra d), acrescenta algo ao que já está estabelecido no imaginário popular? Justifique sua resposta.

*“Concordamos que, neste momento, neste país, neste caso, a peste é palco e pretexto. Há vários candidatos a cavaleiro do apocalipse. Anotei, parodiando o chiste dos três mosqueteiros que eram quatro, que os quatro cavaleiros do apocalipse do SUS, na verdade, são seis: negacionismo, insensibilidade, mercantilismo, colaboracionismo, conformismo, mesmice. Consideremos a eficácia de vacinas (e não cloroquinas) antiapocalípticas.”*

- 1. Nota-se que o autor, neste e no trecho anterior, faz uso de imagens do campo ficcional: “heróis/vilão”, “cavaleiro do apocalipse”, “três mosqueteiros”. Esta recorrência é motivada e marca de um estilo do autor ou do estilo do gênero? Justifique sua resposta.
- 2. Responda:
  - a) O uso destas imagens do campo ficcional tem que efeito sobre a argumentação do texto? Justifique sua resposta considerando outros elementos do texto que a corroborem.
  - b) É possível aferir alguma verve humorística, cômica e/ou hiperbólica? Justifique sua resposta considerando outros elementos do texto que a corroborem.
- 3. Neste trecho, convivem a primeira pessoa do plural e a primeira pessoa do singular. A primeira pessoa do singular serve como uma marca da personalidade do texto, sendo um traço estilístico do gênero, posto que nele consta subjetividade marcada. Por outro lado:
  - a) Para que serve a primeira pessoa do plural?
  - b) No trecho anteriormente analisado, ele também aparece. Há algo de comum entre os trechos e os verbos em que é usada?

## **Aula 6**

### **Mais alguns exercícios**

De fato, não se pode negar que há muito o que se melhorar em diversos serviços prestados pelo governo. Porém, a partir do que foi visto até aqui, você deve ter percebido que, em grande parte, a má qualidade de certos aspectos dos serviços prestados pelo Estado advém do pouco interesse, por parte do próprio governo, — na medida que este é governado por classes sociais que pretendem manter seus privilégios — em universalizar de fato todos os direitos garantidos pela Constituição, tais como direito à saúde, educação, trabalho, etc. Frente ao sucateamento desses serviços, boa fatia da sociedade e da mídia advogam uma posição segundo a qual a solução para tais problemas é a privatização destes serviços, argumentando que tal medida melhoraria a qualidade de vida nacional. Quanto a isso, seria interessante pensar no quão importante foi a ação dos governos (federal, estadual e municipal) e dos serviços públicos no combate ao Coronavírus nos países que melhor souberam lidar com a pandemia. Interessante, também, raciocinar sobre os impactos nefastos que o vírus causou nos países cujos governos agiram de forma negligente e a respeito dos países em que a abrangência da saúde pública e gratuita é insuficiente.

A partir da leitura dos textos abaixo, esperamos que você perceba não só a necessidade de ações governamentais sensíveis às diferenças sociais para vencer o coronavírus e outros problemas gerados e agravados por ele, mas também a necessidade de ações governamentais sensíveis às diferenças sociais para garantir a todas as pessoas os seus direitos fundamentais em todo e qualquer tempo.

Texto 1 [5]:

#### **O COVID-19, as desigualdades brasileiras e a Assistência Social**

22 de março de 2020 | 11h01

Fernando Burgos é professor do Departamento de Gestão Pública da FGV-EAESP e Coordenador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG)

Miqueli Michetti é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Duas grandes áreas têm dado o tom do debate sobre o COVID-19: a saúde e a economia. A pandemia é, sem dúvida, uma questão seríssima para a saúde pública e seus impactos econômicos são profundos. Por isso, qualquer discussão consequente sobre a pandemia precisa passar por essas áreas. Contudo, há uma outra área que também precisa de atenção nesse momento e vem sendo negligenciada: a assistência social.

Nos últimos dias, a ideia de que o novo vírus igualou a todos se transformou em lugar comum. A afirmação tem algo de justificável, pois ele afeta potencialmente a todos os humanos, tornados mais vulneráveis por serem humanos. No entanto, o vírus não se espalha em tábula rasa. Do mesmo modo que, em termos médicos, há “grupos de risco”, seus efeitos variam conforme países, regiões, condições sociais... O COVID-19 afeta desigualmente os desiguais.

Tomemos como exemplo a recomendação de saúde mais recorrente: lavar as mãos frequentemente. Simples assim! Mas é simples apenas para uma parcela da população. No Brasil, o acesso ao saneamento básico é um privilégio. Por aqui, milhões não têm acesso à água de qualidade, de modo que, enquanto para parte da população basta mudar um pouco seus hábitos, outra não pode comprar sabão, não tem água em casa ou sequer tem casa.

Outra recomendação frequente é evitar aglomerações. Diante dela, as compras online passaram a ser uma opção de abastecimento para muitas famílias, especialmente em grandes cidades. Mas isso só é possível para quem dispõe de cartão de crédito ou débito, de acesso a algum dispositivo eletrônico conectado à internet, e têm familiaridade com sites ou aplicativos. Mas há muitas pessoas que não têm todas (ou quaisquer) dessas condições garantidas. Elas não possuem pacote de dados suficiente, não contam com limite disponível no cartão, estão endividadas ou simplesmente estão fora do sistema bancário. Para todas elas, resta ir aos mercados, expondo-se à contaminação e tornando-se agentes potenciais de transmissão ao retornarem para suas casas e comunidades. A dificuldade de se manter uma distância segura entre indivíduos também é a realidade de pessoas que vivem em espaços exíguos e precários, como favelas, cortiços, ocupações ou palafitas.

Além do fato de algumas das recomendações “básicas” não serem tão simples quando não se tem o “básico”, algumas das medidas indicadas por especialistas em saúde pública no mundo todo – que, ressaltamos, são fundamentais – podem levar ao surgimento de novas dificuldades ou ao acirramento de problemas já bem conhecidos pela assistência social.

Por exemplo, o fechamento de serviços que fazem parte da Proteção Social Básica, como os Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), os Centro para Juventude (CJ), e aqueles voltados para idosos, tende a acontecer em todo o país para diminuir a contaminação. Adequada do ponto de vista da saúde, a medida gerará um aumento no tempo de confinamento das famílias. Com o passar dos dias, semanas ou mesmo meses, a tensão nos lares deve aumentar em função do convívio intensificado, mas também da apreensão relativa à provável perda de trabalho e renda, em especial no que tange a pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Essa tensão pode levar ao aumento da violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes. Ainda, com a suspensão das aulas nas escolas, perdemos importantes aliados – profissionais da educação – na identificação de casos de crianças violentadas.

Já o fechamento dos centros de idosos e as restrições de visitas a esse grupo, ainda que seja a medida sanitariamente mais recomendável, pode aumentar

a solidão. Embora afete parcela expressiva da população, principalmente em grandes centros urbanos, a solidão afeta ainda mais os idosos. Tema pouco discutido no Brasil, ele tem sido concebido como um dos maiores desafios de saúde pública dos nossos tempos. Em 2018, o Reino Unido criou inclusive uma estratégia para lidar com isso. Uma das medidas implementadas foi a “prescrição social”, ou seja, a indicação médica de que os pacientes realizassem atividades e trabalhos comunitários, com apoio personalizado, visando melhorar sua saúde e bem-estar. Diante da pandemia viral, a indicação é o oposto disso, e o isolamento social pode agravar os casos de solidão.

Em um país com tantas desigualdades como o nosso, que assiste recentemente o aumento da pobreza e da extrema pobreza, apontado pelo IBGE, a chegada do COVID-19 tem um efeito enorme em toda a sociedade, mas os mais vulneráveis estão ainda mais expostos. As preocupações acerca dos impactos do vírus sobre os trabalhadores informais e desempregados têm, muito pertinentemente, povoado o debate público. Mas é preciso estarmos atentos a outros grupos em extrema vulnerabilidade. Além dos apontados até aqui, há imigrantes, refugiados, dependentes químicos, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiências, para citarmos alguns, que precisam cotidianamente da assistência social. Mais do que nunca, nesse momento de crise, os serviços e equipamentos da assistência precisam estar ativos para garantir proteção e efetivação dos direitos sociais para TODA a nossa sociedade.

Se por um lado, para assegurar a vida, as necessárias medidas sanitárias podem implicar na deterioração das condições de vida, especialmente dos que não têm uma rede de apoio sustentada, por outro, muitas estratégias e ações solidárias surgiram nas últimas semanas no sentido de amenizar as dificuldades do isolamento. Atividades para crianças e idosos foram disseminadas pelas redes sociais, voluntários se ofereceram para fazer compras para quem faz parte de “grupos de risco”, atendimentos psicológicos gratuitos online foram oferecidos, e momentos de interação de vizinhos pelas varandas circularam por todo o mundo... Mas para lidar com as situações mais complexas, é urgente repensarmos e ampliarmos de maneira radical a rede de proteção social no Brasil, com a participação de famílias, comunidades, organizações da sociedade civil, empresas privadas e governos.

Enquanto alguns equipamentos precisaram ou precisarão ser fechados e alguns serviços interrompidos, milhares de profissionais da assistência social seguem com a sua rotina, agora necessariamente intensificada. Assumem o risco do não isolamento para atuar nos serviços de alta complexidade, protegendo e acolhendo as pessoas em situação de rua, idosos, mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência...

Assim, as mobilizações para fortalecer o SUS e minimizar os impactos econômicos são cruciais. Mas também é fundamental o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São tarefas desafiadoras, mas não excludentes. Precisamos de mais máscaras, respiradores e UTIs, assim como temos que assegurar renda diante do agravamento das dificuldades econômicas de

grande parte da população, mas também é preciso garantir e intensificar a proteção social brasileira para salvar vidas. Agora e no pós Covid-19.

Texto 2:



[6]

Responda às seguintes questões:

- 1) Quais são os pontos em comum entre os textos 1 e 2?
- 2) Certos setores da sociedade, sobretudo os defensores do liberalismo econômico, exaltam a importância do Estado mínimo e a necessidade, a todo momento, de privatizar estatais. A favor desse objetivo, argumentam que assim os serviços melhorariam, pois empresas privadas dependem da satisfação de seus clientes para gerarem lucros. No entanto, pensando nos setores mais carentes da sociedade que não teriam condições de pagar por certos serviços — e, sendo assim, não se converteriam em clientes nesse novo cenário — como seria possível atingir a equidade social, numa sociedade profundamente desigual como a brasileira, em um Estado mínimo? Justifique sua resposta.
- 3) Pensando nas considerações acima, nos textos 1 e 2 deste módulo, e em tudo que foi conversado e lido até aqui sobre o tema, escreva um texto dissertativo-argumentativo onde deverá responder à seguinte pergunta: A necessária melhora da saúde brasileira passa pela injeção de mais recursos estatais no SUS ou por sua privatização?

## Aula 7

### Produção final

A esta altura, você já deve dominar o gênero “artigo de opinião” em sua estrutura, tema e estilo, bem como ser capaz de identificar exemplares dele e de produzi-los de próprio punho.

Finalizando nossa sequência, você agora deverá escrever um artigo de opinião respondendo à pergunta “Assistência social no Brasil: possibilidade ou necessidade?” no qual aborde fatos como a ostensiva burocratização de seus processos, a terceirização, entre outros.

Escreva um texto de pelo menos 20 linhas em que se posicione e argumente em favor de uma conclusão sobre o assunto.

O artigo de opinião deverá ser composto, **NECESSARIAMENTE**, dos seguintes elementos e nessa ordem: nome do periódico jornalístico, data (DD/MM/AA), nome do autor (pode ser ficcional ou não), papel social (especialista em quê? é pesquisador? presidente de associação? político? identifique-se [pode ser ficcional ou não]), título, subtítulo, linha-resumo (frase que sintetiza todo o texto para o leitor), texto e nota de “descompromisso” do Jornal com as opiniões contidas no texto.

## Aula 8

### Avaliando o próprio texto

Agora, considerando os critérios abaixo e o visto até aqui, revise e avalie seu próprio texto, dando uma nota de até 2 pontos para cada uma das características abaixo. Justifique, com um pequeno parágrafo, cada nota atribuída a cada característica do seu texto.

<b>Característica</b>	<b>0,5 pt</b>	<b>1,0 pt</b>	<b>1,5 pt</b>	<b>2,0 pts</b>
Adequação à norma culta				
Marca autoral de estilo				
Coerência dos argumentos				
Coesão do texto				
Estrutura e organização do texto				

## REFERÊNCIAS

- [1] EU, Daniel Blake. Direção: Ken Loach. Intérpretes: Colin Coombs, Dave Johns, Harriet Ghost, Natalie Ann Jamieson, Briana Shann, Bryn Jones, Dylan McKiernan, Hayley Squires. Roteiro: Paul Laverty. [S. l.]: Imovision, 2016. 101 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=129PJlj-q6E>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- [2] ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Jornal. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. p. 759.
- [3] LEXIKON. Jornal. In: LEXIKON. *Dicionário online Caldas Aulete*. [S. l.]: LEXIKON, c2021. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/jornal>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- [4] ALMEIDA FILHO, Naomar de. SUS: Apoteose ou apocalipse?. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 dez. 2020. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2020/12/sus-apoteose-ou-apocalipse.shtml> Acesso em: 11 mar. 2021.
- [5] BURGOS, Fernando; MICHETTI, Miqueli. O COVID-19, as desigualdades brasileiras e a Assistência Social. *Estadão*, São Paulo, 22 mar. 2020. Blogs: Gestão, Política & Sociedade. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/o-covid-19-as-de-sigualdades-brasileiras-e-a-assistencia-social/>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- [6] Programa ELAS. *Você sabe a diferença de equidade e igualdade de gênero?*. [S. l.]: Programa ELAS, c2020. Disponível em: <https://programaelas.com.br/diferenca-de-equidade-e-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 11 mar. 2021.